

Mulher e Política: a atuação feminina na política espiritossantense

Leandro da Silva Lunz (Mestre UFES)

RESUMO: A narrativa histórica que nos tem sido apresentada na cultura ocidental representa um modelo antropocêntrico do fazer histórico na qual foi relegado às mulheres um papel de coadjuvantismo e invisibilidade. Nesse cenário, a atuação política tem sido um campo de atuação predominantemente masculino e no Espírito Santo tal caracterização não foi diferente ao longo de sua história política. Não obstante, algumas mulheres espiritossantense romperam com essas barreiras e conseguiram conquistar seu espaço de atuação na vida pública legislativa, contribuindo para a reflexão acerca da representação e participação das mulheres na política estadual relacionando-a com as desigualdades de gêneros existentes no país. A atuação dessas mulheres contribuiu para uma maior visibilidade feminina no campo de atuação política legislativa.

Palavras-chaves: Mulheres; Atuação Política; Espírito Santo.

ABSTRACT: The historical narrative, that as has been presented us in western culture, represents a model androcentric the making of history and, consequently, relegated women to a role of invisibility and silencing. The female figure was built as a model of submission and unimportance, being treated as an object that should act on the campus of the private. Reflect on the paths of the historiography up to the consolidation of a History of Women implies to recognize them as subjects of History, and deconstruct the vision that privileges masculinity as the ideal model to be revered. The development of the new cultural history ally to feminism, and new scientific paradigms have contributed to the inclusion of women in the study of History as a subject that actively participated in the construction historical.

Keywords: Historical account; Women; Subject.

Introdução

Ao longo do desenvolvimento da história ocidental se estruturou um modelo de convívio social que valorizava os feitos masculinos e excluía a participação feminina dos feitos políticos. Esse modelo excludente posicionou as mulheres em um papel de menor importância ou de quase invisibilidade na vida política. Diante deste contexto, de exclusão feminina do espaço público, os métodos científicos que direcionaram as pesquisas no campo das Ciências Humanas, a partir da segunda metade do século XIX, relegaram a um segundo plano as reflexões sobre os destinos individuais. De forma geral, os estudiosos apresentavam visões totalizantes que ignoravam a participação dos indivíduos nos processos sociais. Em virtude disso, as histórias de vida desempenhavam um mero papel de caráter mais ilustrativo das diversas áreas de conhecimento que compunham aquele campo e, deste modo, é possível compreender o porquê da produção historiográfica relegar às mulheres um espaço com pouca ou quase nenhuma representatividade em suas abordagens.

De acordo com Perrot (1992, p. 29), existe uma visão que enfatiza a impossibilidade do uso da racionalidade pela mulher, fundamentada na teoria e estereótipo elaborados no século XIX, baseados no discurso naturalista, que insistia na existência de duas "espécies" com qualidades e aptidões diferenciadas. Aos homens, o cérebro e a capacidade de decisão, e, às mulheres, os sentimentos e o "dever" do cuidado do espaço privado. Em virtude disso, foi criada a representação simbólica da mulher como esposa-mãe-dona-de-casa e, conseqüentemente, a atuação política tornou-se um campo pouco frequentado pelo público feminino.

A História da Política Brasileira foi marcada por inúmeras manifestações sociais e reivindicações pela participação política e, apesar disso, pouquíssimas mulheres foram eleitas através do voto para a representatividade e o exercício do poder legislativo nos diversos estados que compunham o país. É importante destacar que há mais de 80 anos as mulheres obtiveram o direito de

manifestarem seu papel como cidadãs brasileiras a partir do voto.¹ Neste mesmo período a primeira mulher é eleita para a representatividade política na Câmara dos Deputados² no Brasil, sendo também a primeira mulher eleita no contexto latino americano. No entanto, a história e o processo de transformação da presença feminina no ambiente político são caracterizados por avanços e retrocessos. As dificuldades históricas e sociais são pertinentes ao processo de inserção feminina na política, não obstante, em uma sociedade historicamente de raízes patriarcais e na qual predominantemente a política se limitava a um tema masculino, as mulheres têm gradativamente conquistado um espaço que oportunize a participação e a representação política feminina.

Para Bourdieu (2011, p. 51), o homem foi privilegiado nas relações sociais, assumindo uma condição de poder, sendo traduzido na dominação masculina e, com base nesse poder, o homem passou a impor suas vontades. O desenvolvimento dessas ações foi possibilitando a criação de uma cultura patriarcal relacionada ao machismo e à desigualdade de gênero. Saffioti (2004, p. 3) afirma que essa configuração cultural visa a manutenção das estruturas de poder que naturalizam os papéis definidos para os homens e mulheres, subjugando e expondo as mulheres a um papel de menor relevância social. O exercício do poder patriarcal utilizou-se do espaço público para a validação e legitimação do poder político e, na análise de Chartier (1990, p. 18), as representações possibilitam as relações de dominação e essa relação se fez necessária para a legitimação dos interesses e da desigualdade entre os grupos. Sendo assim, apesar da busca pela extensão de maior participação política, as mulheres encontravam-se envoltas em um estado de exclusão e discriminação social, enquanto os homens usufruíam das benesses do mundo político.

Nessa perspectiva Bourdieu (2000, p. 11) afirma que a função política torna-se um instrumento de imposição ou legitimação de uma classe sobre outra

1

Em 1930, o voto da mulher era facultativo enquanto o voto masculino era obrigatório (AZEVEDO, RABAT, 2011, p. 32).

2

A primeira mulher eleita para a Câmara dos Deputados foi Carlota de Queirós, em 1932 (AZEVEDO, RABAT, 2011, p. 17).

e isso se configura como uma forma de violência simbólica e, no caso específico da política brasileira, essa configuração retrata a imposição do mundo masculino em detrimento do mundo feminino. O sistema político brasileiro se caracteriza por criar um estado de exclusão e discriminação social pautado na ideia de superioridade masculina, e, assim, o desenvolvimento da vida política toma corpo e se consolida dentro dos espaços considerados genuinamente masculinos. Pinto (2001, p. 101) enfatiza que houve diversas mudanças importantes no Brasil no que diz respeito à relação das mulheres com o mundo público, principalmente na segunda metade do século XX, entretanto, a presença das mulheres em cargos eletivos encontra-se ainda distante de um quadro de igualdade de participação entre os gêneros, evidenciando, assim, uma participação política feminina bem abaixo de um ideal.

Tendo como referência estudos de pesquisadores como Perrot (1992), Miguel e Biroli (2011) e Schumacher e Brazil (2000), abordaremos, neste artigo, a participação da mulher na vida política espiritosantense, destacando a atuação das deputadas Emiliana Vianna Emery, Judith Leão Castello Ribeiro, Myrthes Bevilacqua Corradi e Luzia Alves Toledo. Descreveremos a trajetória política de cada uma e suas principais ações em prol dos interesses sociais da classe feminina e, conseqüentemente, tentar contribuir para a reflexão acerca das representações e participações das mulheres na política nacional.

Mulheres no exercício político espírito-santense

As mulheres na política espiritosantense enfrentaram diversas dificuldades históricas e sociais que são inerentes ao processo de incorporação feminina na política. Para Costacurta (2016, p. 38) estas dificuldades ocorrem em virtude de pertencermos historicamente a uma sociedade caracterizada por ações patriarcais, na qual a política ficou restrita a um assunto masculino e muito vagarosamente foi sendo conquistado o direito à participação e a representação política por parte das mulheres. Ainda de acordo com a autora, o campo político impõe às mulheres alternativas mais onerosas do que aos

homens, além de que o fato de “Ser Mulher” encontra-se carregado de simbolismo de subalternidade que limitam o acesso feminino às esferas do poder político.

Ao descrever a trajetória de mulheres que contribuíram para a construção de uma História política das mulheres no Espírito, Souza (2014, p. 150) traz uma descrição sobre a trajetória política e pessoal da vida da professora, advogada e ex-deputada federal Myrthes Bevilacqua Corradi. Nasceu em Vitória, estado do Espírito Santo, no dia 03 de fevereiro de 1939, e era a filha mais velha de Luciano Bevilacqua e Victoria Azevedo Bevilacqua e tinha mais cinco irmãos. Concluiu o ensino primário no estado de Minas Gerais e, de volta ao Espírito Santo, estudou na Escola Normal Pedro II, que funcionava ao lado esquerdo do Palácio Anchieta, onde é hoje a escola Maria Ortiz, obtendo aí o diploma de normalista. Iniciou sua carreira como professora particular que atendia nas residências da cidade de Vitória. Com o passar do tempo, passou a substituir professoras que já atuavam na rede educacional, até que, por meio de um concurso público, foi aprovada e tornou-se professora efetiva da rede pública da educação estadual. Em 1957, apenas com 18 anos de idade, assumiu um cargo público na esfera administrativa do poder executivo estadual, trabalhando na Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo, localizada no Palácio Anchieta, sede do governo.

Ainda, de acordo com Souza (2014, p. 153), sua atuação chamou a atenção do secretário de educação que a convidou para ser assessora no gabinete da Secretaria de Educação, exercendo esta função por alguns anos, o que a oportunizou a desenvolver um capital de relações sociais com diversos representantes políticos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES). Fez curso de Direito na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e integrou o Centro Acadêmico, local onde pôde conhecer outras figuras de destaque do cenário estadual, tais como José Ignácio Ferreira, que foi eleito governador do Espírito Santo em 1999. Neste período, como estudante, chegou a participar da União Democrática Nacional (UDN) feminina e de várias assembleias de estudantes. E, apesar de concluir o curso de Direito, não

exerceu a função de advogada, optando por dedicar sua vida profissional especialmente à educação.

Foi durante o contexto da ditadura militar que a professora Myrthes sentiu a necessidade de se mobilizar politicamente e tornou o projeto político necessário em sua vida. De acordo com Souza (2014, p. 153), foi associada a União dos Professores Primários do Espírito Santo³ (UPPES), entidade de organização dos professores primários no estado, e foi convidada para compor seu Conselho. Segundo Damartini (2016, p. 89), sua militância pelos direitos dos professores criou as condições para que Myrthes fosse escolhida presidenta da instituição, exercendo a função por dois mandatos, de 1973 a 1977 e de 1977 a 1981. Damartini (2016, p. 71) também enfatiza o contexto político da ditadura militar vivido no período da gestão de Myrthes à frente da UPES e sua constante luta na defesa dos direitos dos trabalhadores da educação da rede capixaba, o que fez com que Myrthes fosse taxada de subversiva por Edson Machado, líder do governo Élcio Álvares na Assembleia Legislativa.⁴

A chegada de Myrthes na UPES, segundo Soares (2005, p. 184), trouxe uma profissionalização ao magistério capixaba. A intensidade do seu trabalho deu uma significação à atuação do magistério, fortalecendo a categoria. Sua atuação à frente da entidade teve o cuidado de evitar o confronto com as autoridades e de conseguir trazer as lutas e demandas do magistério para o centro das discussões, possibilitando uma visibilidade por parte da mídia e da sociedade capixaba. Como afirma Damartini (2016, p. 117), as visitas realizadas pelo interior do Estado, permitiu que Myrthes apresentasse aos professores uma

3

No ano de 1979 a UPPES passou a ser a União dos Professores do Espírito Santo (UPES) e em 1989 a entidade foi transformada em sindicato, passando a ser denominada SINDIUPES (Sindicato dos (as) Trabalhadores (as) em Educação Pública do Espírito Santo). Fonte: SINDIUPES. História. Disponível em: <http://sindiupes.org.br/historia/> Acesso em janeiro de 2017.

4

Fagundes e De Angelo (2014, p. 140) explicam que a estrutura repressiva que foi criada no Espírito Santo durante o período da Ditadura Militar, mais do que controlar os subversivos tinha como objetivo silenciar e impedir as manifestações públicas. Entre os grupos mais vigiados nas terras capixabas destacam-se os militantes das instituições sindicais, os movimentos estudantis, os membros estudantis, os membros da imprensa alternativa e os participantes dos partidos políticos.

entidade – o magistério – mais próxima e atenta às demandas dos profissionais, sendo transformada num canal de diálogo entre os educadores e o governo. Em sua gestão à frente da UPES, o magistério capixaba manteve estreito diálogo com outros movimentos de trabalhadores, tanto da iniciativa privada como de profissionais liberais, participando de forma ativa da organização da Frente Sindical no Estado. Nas reuniões que foram realizadas na busca para articular a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), era comum a participação dos professores, sendo que maioria das vezes a única liderança feminina que participava das mesas era a presidente Myrthes Bevilacqua Corradi.

Na realização do I Encontro das Classes Trabalhadoras do Espírito Santo (ENCLAT-ES), ocorrido em 1981, a União dos Professores foi quem levou a maior delegação ao encontro, reforçando a ligação entre o magistério e os demais trabalhadores. Em virtude do tamanho alcançado e o grau de politização e mobilização, a categoria foi pioneira nos movimentos grevistas dos funcionários públicos, abrindo espaço para as manifestações que iriam parar o Estado na década de 1980. A categoria participou de vários eventos importantes como na campanha contra a instalação da usina nuclear no Espírito Santo e nas comemorações do Dia do Trabalhador. Damartini (2016, p. 148) destaca que a publicação do caderno especial,⁵ em 28 de outubro de 1980, do Jornal *A Tribuna*, intitulado “Funcionário Público: nem herói, nem vilão”, aponta Myrthes como a grande liderança que a classe teve nos últimos 50 anos. Sua atuação e importância foram reconhecidas não somente pelos 18 mil professores que integravam o quadro do magistério, mas também pela classe política e pela comunidade de um modo geral, dentro e fora do Estado.

Souza (2014, p. 157) descreve que o trabalho realizado por Myrthes ao longo dos oito anos em que esteve à frente da União dos Professores, permitiu a transformação da entidade em uma grande classe que passou a ser respeitada e capaz de fazer mobilizações nunca antes pensadas para uma categoria que

5

A Tribuna. 28/10/1980. P. 215 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

nasceu da classe média. Ainda, nas palavras da autora, foi a atuação à frente da UPES que deu as condições para o impulso e o fortalecimento da candidatura de Myrthes Bevilacqua à Câmara dos Deputados em 1982, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, conseqüentemente, de sua eleição, fazendo com que se tornasse a primeira mulher capixaba a alcançar o legislativo federal, atuando, assim, em um cenário composto majoritariamente pelo gênero masculino.

A presença de mulheres na política do Espírito Santo também encontra uma forte referência na pessoa de Luzia Alves Toledo, como profere Souza (2014, p. 199). Nascida em 05 de janeiro de 1942, no município de Mimoso do Sul, Espírito Santo, era filha dos trabalhadores rurais José Alves Toledo e Diolinda Maria da Conceição. Com seis anos de idade ficou órfã de pai e sua mãe, sem condições financeiras para oferecer uma vida com condições e oportunidades, permitiu que a filha fosse criada pelo então Prefeito da cidade de Mimoso do Sul, Rubens Rangel, e por sua esposa, Helena Di Giorgio Rangel.

Apesar de não ter sido oficialmente adotada, foi criada como se fosse filha do casal, e passou a conviver com o cotidiano político no qual o pai de criação estava inserido. Coursou o ensino médio no Colégio Estadual e na Escola Normal Monsenhor Elias Tomasi, na cidade de Mimoso, sendo, inclusive professora da instituição e, posteriormente, diretora do colégio. Como descreve Souza (2014, p. 199), Luzia Alves Toledo deu prosseguimento aos estudos e formou-se em Direito pela Universidade Federal do Espírito. Exerceu, por quase vinte anos, a função de advogada sênior da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), até a decisão de dedicar-se exclusivamente à carreira política. Filiada ao Partido da Social Democracia (PSDB), foi uma das colaboradoras para a fundação deste Partido no Espírito Santo, em 1988. Como membro integrante do partido Luzia Alves Toledo desempenhou várias atividades: primeira secretária-geral do primeiro Diretório Regional; delegada do Diretório Nacional; primeira vice-presidenta da Executiva Regional; e foi escolhida à presidência da sigla na terceira Convenção do Partido. Como presidente do partido, Luzia Alves Toledo incentivou a criação do PSDB Mulher, do PSDB Jovem e do PSDB da Melhor

Idade no estado. Foi eleita vereadora pelo município de Vitória por dois mandatos, sendo que em seu segundo mandato, a convite do Governador da época, Vitor Buaiz (1995-1999), pediu afastamento para comandar a Secretaria de Estado Extraordinária da Representação do Poder Executivo do Espírito Santo, em Brasília. Em 1996 concorreu como vice-prefeita na chapa do candidato a prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas, e, com a eleição da chapa, Luzia Alves Toledo assumiu o comando da prefeitura em diversas oportunidades.

Ainda, filiada ao PSDB, foi membro das Comissões de Justiça, Educação e Direitos Humanos e, no ano de 1999, entrou para a história política do Estado como a primeira mulher senadora do Espírito Santo ao assumir a vaga de José Ignácio, que abdicou do cargo por ter sido eleito governador do Estado. Em sua atuação como senadora, Luzia Alves Toledo se tornou a primeira mulher da sigla do PSDB a assumir a vice-presidência da Comissão de Educação do Senado Federal. Seu mandato durou pouco menos de um ano e meio, o que não a impediu de ter sido a recordista em proposições na casa, apresentando cerca de 62 proposições.⁶

6

Fonte Senado Federal. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/158>. Acesso em 17 de janeiro de 2018.



Foto 1: Luzia Toledo em pronunciamento na Tribuna da Assembleia (Foto Divulgação/Ales).

A convite do Governador José Ignácio, Luzia abdicou do mandato de senadora para chefiar a Secretaria de Estado de Turismo, assumindo, logo depois, a Secretaria de Estado da Cultura e dos Esportes. Sua trajetória política e as experiências consolidadas ao longo dos anos como vereadora, senadora e secretária em diversas pastas, permitiu a Luzia Alves Toledo colocar seu nome para concorrer ao pleito de 2002 como candidata à deputada estadual na ALES, porém, apesar de alcançar uma votação expressiva, acima de dezesseis mil votos, não foi eleita e ficou como primeira suplente.

Dois anos após a eleição, com a saída do titular Gilson Amaro, que havia sido eleito prefeito de Santa Teresa, assumiu a vaga de deputada estadual. Após sua inserção na casa legislativa, Luzia Toledo foi reeleita por mais três mandatos

(2006 – 2010, 2010 – 2014 e 2014 – 2018) dando ênfase, no seu mandato, às questões sociais e desenvolvendo diversos projetos de leis dedicados, em especial, ao atendimento das demandas das mulheres capixabas.

É importante destacar que antes da atuação no poder legislativo da professora Myrthes Bevilacqua e da advogada Luzia Toledo, outras mulheres iniciaram este caminho e ousaram desafiar a ordem política vigente no Espírito Santo, caracterizada pelo predomínio de uma participação majoritariamente masculina.

Miguel e Biroli (2011, p. 171) descrevem que o direito ao exercício do voto foi conquistado pelas mulheres na década de 1930 com a promulgação do Decreto nº 21.076, do governo de Getúlio Vargas, em 1932. Entretanto, o voto feminino estava condicionado à certa condição, ou seja, somente as mulheres casadas com autorização dos maridos e mulheres solteiras ou viúvas que possuíssem renda própria poderiam exercer o direito de votar e serem eleitas. Nesse mesmo período foi eleita Carlota de Queirós,⁷ a primeira mulher representante na Câmara dos Deputados no Brasil e, também, a primeira mulher no contexto latino-americano. Ainda, de acordo com Miguel e Biroli (2011, p. 106), a história da trajetória da presença feminina no ambiente político brasileiro é marcada por avanços e retrocessos, sendo que o Brasil foi o quarto país no continente americano a garantir o direito de voto às mulheres, entretanto, somente em 1946, o direito ao voto para ambos os sexos foi equiparado.

No Brasil é bem evidenciado que as mulheres são menos presentes nos espaços de decisão do que os homens e, conseqüentemente, exercem menos autoridades e menos poder político. Miguel e Biroli (2011, p. 124) afirmam que pode ser somado a isso, a situação de desigualdade feminina que ainda é manifestada no mercado de trabalho, na representação da mídia e na disposição dos recursos econômicos. Em relação à inserção das mulheres no espaço do poder legislativo, Azevedo e Rabat (2011, p. 196) apresentam uma informação bastante significativa. De acordo com os autores, no período que se estende entre 1932 e 1985, ocorreram onze pleitos eleitorais e somente trinta e uma

7

Sobre Carlota de Queiros, ver ORIÁ (2004).

deputadas federais foram eleitas. Foi somente após o ano de 1986 que as mulheres conseguiram um maior espaço no campo legislativo, apesar disso, na maioria destes espaços o número de mulheres eleitas estava abaixo de 10 pontos percentuais.

A história política do Espírito Santo seguiu um roteiro similar ao que ocorreu no restante do país, fato que fica evidente ao analisar a participação de algumas mulheres que ousaram adentrar este espaço. A trajetória política destas mulheres tem sido um referencial para a compreensão das barreiras existentes ao acesso ao campo político, bem como tem demonstrado que é preciso superar estas barreiras para que as vozes femininas ganhem espaços na sociedade e as mulheres se sintam representadas. A conquista do espaço político por algumas mulheres demonstra que é possível fazer política em um ambiente no qual as mulheres não são bem vistas. Ao longo dos anos foram travadas várias lutas contra o discurso social machista que é o reflexo de uma sociedade caracterizada pelo modelo patriarcal.

A atuação política não se restringe à esfera do Estado e de suas instituições, e se encontra presente nas diversas relações sociais entre homens e mulheres. No livro *A mulher na História do Espírito Santo*, da professora Maria Stella de Novaes, Barreto (2007, p. 116) destaca as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em ocupar um espaço acadêmico, literário e político no Espírito Santo e que isso já fazia parte da preocupação da escritora. As mulheres que conseguiram participar de movimentos políticos, no início do século XX, eram, em sua maioria, formadas pela Escola Normal, que no período era a única oportunidade de formação escolar permitida às mulheres.

É importante destacar que a história da emancipação política das mulheres no Espírito Santo começa com Emiliana Vianna Emery (1874-1957), que foi a primeira eleitora capixaba e a terceira eleitora do Brasil, sendo inclusive felicitada por Bertha Lutz, uma das pioneiras do feminismo no Brasil. O livro *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*, de Schumacher e Brazil (2000, p. 200), apresenta um histórico de Emiliana Vianna Valery. Ela nasceu na Freguesia do Veado, localidade pertencente ao município de Alegre, casou-se

muito jovem, aos 13 anos de idade, tornou-se viúva ainda na juventude, com sete filhos, que ficaram sob sua responsabilidade, fato este que a impulsionou a desenvolver atividades que não eram da “natureza feminina”. Schumacher e Brazil (2000, p. 201) descrevem que a construção de uma ferrovia próxima ao vilarejo onde ela residia oportunizou que Emiliana desenvolvesse diversas atividades comerciais e políticas na região. Para poder atender a demanda gerada pela construção da ferrovia, construiu um forno para assar pães e, junto com seus filhos, passou a vender café, leite e pão aos trabalhadores. Tornou-se, também, costureira e passou a prestar este serviço aos moradores locais, uma vez que, apesar de existirem outras mulheres que sabiam costurar, nenhuma delas prestava este serviço para estes homens. Com a conclusão das obras da ferrovia, Emiliana passou a vender seus produtos na própria plataforma da estação. Ao final da década de 1920, ela já possuía uma fábrica de doces e um hotel, se destacando como uma empresária próspera.

Emiliana Vianna Emery apresentou grande protagonismo na vida política da vila, sendo uma das principais responsáveis pela emancipação política da Freguesia do Veado, atualmente denominada como Guaçuí. Também teve participação na construção da igreja da vila, assim como na vinda e no estabelecimento de um padre para a localidade, sendo, de acordo com Schumacher e Brazil (2000, p. 201), a responsável pela coleta das assinaturas do abaixo assinado exigido pelo bispo ao qual a Paróquia estava jurisdicionada, para que fosse autorizada a sagração da igreja. Em virtude de todas as dificuldades enfrentadas e atreladas à condição inferior das mulheres na sociedade da época, Emiliana teve vontade de mudar esta situação política. Para tanto, com a certeza que somente através do voto poderia modificar o panorama de desigualdades ao qual estava envolta, requereu o direito de votar ao juiz da Comarca de Alegre, Dr. Aloysio Aderito de Menezes, alegando que tinha todos os requisitos necessários para tal, pois era “chefe de família”. Schumacher e Brazil (2000, p. 202) afirmam que em 15 de julho de 1929, em uma sentença histórica, o magistrado deferiu o pedido de Emiliana que se tornou a primeira eleitora do Estado do Espírito Santo.

A atuação de Emiliana Emery na política local a colocou em uma posição de vanguarda no Estado do Espírito Santo e até mesmo no Brasil. Conforme descrevem Schumacher e Brazil Emiliana foi escolhida como presidente de honra da UDN (União Democrática Nacional), partido antigetulista que ganhou a sua adesão após a implantação do Estado Novo feita no governo Vargas. É a capixaba com maior notoriedade de que se tem notícia em termos de participação política até meados do século XX. Emiliana Vianna Emery contribuiu enormemente para a subversão do papel de inferioridade atribuído às mulheres na esfera pública em sua história de vida. No ano de 1957, com 83 anos de idade, veio a óbito, porém, seus feitos memoráveis permanecem bastante visíveis e são exemplos de como mulher e política podem caminhar alinhadas. Em 1992 foi homenageada pela Academia Feminina Espírito-Santense de Letras com o título de membro da Galeria dos Notáveis.



DONA Emiliana Emery mora em Guaçuí, Estado do Espírito Santo, mas de vez em quando vem ao Rio passar dias com seus filhos e netos, que a estimam e respeitam. A jovem que aparece nesta fotografia chama-se Ruth — uma das netas da primeira eleitora brasileira.

**“GOSTO DE ESTAR NO
CAMPO DA OPOSIÇÃO”**

Foto 2- Emilian Vianna Emery, a primeira eleitora do Brasil – Revista “O Cruzeiro” junho de 1950 (Foto de Fosé Medeiros).

Souza (2014, p. 107) destaca a atuação de outra pioneira na política espírito-santense, Judith Leão Castello Ribeiro, que foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado. Nasceu em 31 de agosto de 1898, no município de Serra, e era filha da união de duas famílias de origem portuguesa. Sua mãe era Maria Grata Leão Castello e seu pai, João Dalmácio Castello. Sua vida escolar foi iniciada na escola primária do município de Serra e depois de fazer o exame de admissão, ingressou no Colégio do Carmo, conquistando o diploma do Curso Normal, o que lhe permitiu começar a atuar como professora ainda bem jovem no Ginásio São Vicente de Paulo. Em 1932, assumiu a cátedra de Ciências Pedagógicas na Escola Normal Pedro II, exercendo esta função até 1963, quando se aposentou. Voltou a lecionar no Ginásio São Vicente de Paulo até 1974, quando se aposentou definitivamente. Ao longo de sua carreira como professora ministrou vários cursos em diversas áreas do conhecimento, tais como Geografia, Psicologia, Sociologia, Pedagogia, entre outras.

Judith era de uma família influente na política local, especificamente no município de Serra. Souza (2014, p. 109) descreve que seu irmão, Rômulo Leão Castello Ribeiro, foi prefeito da cidade entre 1947 e 1951. Casada com Talma Rodrigues Ribeiro, que também foi prefeito da Serra no período de 1945 a 1946, permaneceram juntos até o dia da morte do esposo, no ano de 1982. O casal não teve filhos, mas ajudaram a cuidar dos sobrinhos e também de várias outras crianças carentes da cidade. No ano de 1934 decidiu adentrar o espaço da política formal como candidata à Assembleia Legislativa. O fato de discordar do regime de Interventoria que vigorava no Estado fez com que sua candidatura fosse avulsa a qualquer partido político, já que, de acordo com o sistema vigente, a legenda partidária não era obrigatória. Foi a primeira mulher capixaba, e uma das primeiras mulheres Brasil, a concorrer em um pleito eleitoral, porém, não foi eleita neste pleito. No ano de 1947, Judith novamente concorreu à

eleição para uma vaga na Assembleia Legislativa pelo Partido Social Democrático (PSD-ES), juntamente com Maria Frechiani, do Partido da Representação Popular (PRP-ES), e Bráulia Barbosa dos Santos, do Partido Comunista Brasileiro (PCB-ES). Judith recebeu 1.170 votos de um total de 27.528 eleitores no Estado (4,25% do eleitorado), tornando-se a primeira mulher do Espírito Santo a ocupar uma cadeira de deputada na Assembleia Legislativa.⁸ Em seu discurso de posse no Teatro Glória, em Vitória, a deputada ressaltou a importância da participação das mulheres na vida pública (ALMEIDA, 2013, p. 58).

Judith exerceu quatro mandatos consecutivos como deputada estadual, sendo em todos escolhida pelo voto popular. No ano de 1962 não obteve a votação necessária e ficou como suplente, encerrando sua carreira política no ano de 1965, aos 65 anos de idade. Durante quase duas décadas Judith⁹ foi a única mulher em cargo político no Estado do Espírito Santo. De acordo com Almeida (2013, p. 58), como deputada ela ocupou, ininterruptamente, a presidência da Comissão de Educação da Casa e apresentou centenas de projetos, destinando diversas emendas para construção de escolas e hospitais no interior do estado. A lei estadual nº 915/1954 que concede o direito de quatro meses de licença maternidade às mulheres servidoras públicas é de sua autoria.

No ano de 1949, com o apoio Academia Espírito-santense de Letras, fundou a Academia Espírito-Santense Feminina de Letras e foi eleita a primeira Presidente da diretoria, e, em 1981, foi a primeira mulher a compor a Academia Espírito-santense de Letras. Sua participação na vida pública foi marcada pela atuação em diversas instituições, como na Associação Espírito-Santense de Imprensa (1949), no Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo (1949) e na Academia Anapolina de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás (1979). Mesmo com muitos compromissos públicos, Judith ainda escrevia

⁸

Fonte: Diário Oficial Eletrônico da Câmara da Serra. Disponível em http://es.serra.camara.dio.org.br/dio/pag-judith_leano_castello_ribeiro. Acesso em 09 Jan. de 2017.

⁹

Ver documentário: Judith: A Senhora Cidadã. Direção: José Benevides Correia. Produção e Roteiro: Suzi Nunes, 2010.

periodicamente para o Jornal *Diário da Manhã* e para as revistas *Revista da Educação*, *Vida Capixaba*, *Revista do DSP* e *Canaã*, a maioria do Estado do Espírito Santo.¹⁰ No ano de 1980 teve uma coletânea com vários de seus textos e crônicas publicados como um livro, intitulado *Presença*. Podemos dizer que Judith realizou conquistas importantes, quando levamos em consideração a sociedade da época e a visão da política como um ambiente masculino e machista.

Souza (2014 p. 110) afirma que Judith desafiou sua condição de gênero ao assumir a vida pública, tendo sido uma mulher muito ativa, determinada e comprometida com os valores da família, da religião e da educação que lhe serviram como base em sua atuação política. Embora nunca tenha assumido identificação com as organizações feministas, o seu “fazer” político apresentou proximidades com as ideias do feminismo liberal que vigorou no início do século XX.

10

Fonte: Diário Oficial Eletrônico da Câmara da Serra. Disponível em http://es.serra.camara.dio.org.br/dio/pag-judith_leao_castello_ribeiro. Acesso em 09 Jan. de 2017;



Foto 3 - Judith Leão Castello Ribeiro no dia em que recebeu a Comenda Jerônimo Monteiro. Fonte: *Jornal A Gazeta* - Caderno Semanário, 18/03/1979.

É emblemático destacar que a partir da eleição e da atuação política de Judith Leão Castello Ribeiro, outras mulheres se sentiram encorajadas e capazes de desafiar a ordem social vigente, se colocando à disposição da representatividade política. Esta comprovação pode ser evidenciada com a eleição de Myrthes Bevilacqua Corradi pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com 46.604 votos, que foi a primeira mulher capixaba a alcançar o legislativo federal. De acordo com Almeida (2013, p. 61), a partir da eleição da professora Myrthes, as portas do Congresso Nacional foram abertas para as capixabas. Embora tenha exercido apenas um mandato no Congresso,

desenvolveu uma participação importante em diversas atividades sindicais e órgãos de classe do funcionalismo público.



Foto 4 - Myrthes Bevilacqua durante entrevista concedida para a TV Assembleia no ano de 2011.

Ao descrever a trajetória de mulheres que contribuíram para a construção de uma história política das mulheres espírito-santenses, é importante destacar o pensamento de Perrot (2012, p. 10), que afirma que, em diversas sociedades, o silêncio e a invisibilidade das mulheres fizeram parte da ordem social. Foram mulheres como a professora Myrthes Bevilacqua Corradi, a advogada Luzia Alves Toledo, Emiliana Vianna Emery e Judith Leão que ousaram romper com os padrões pré-determinados. Atos de coragem manifestos por essas mulheres

tornaram possível a conquista do acesso feminino nos espaços públicos e, conseqüentemente, a reivindicação pelos seus direitos de cidadãs e por novos espaços de lutas.

Considerações Finais

A busca pela igualdade entre as mulheres e homens tem se constituído como um dos principais objetivos que norteiam as instituições e os órgãos que baseiam suas ações em um ideal de construção de uma sociedade de fato democrática. Apesar desses direitos e garantias serem constitucionalmente assegurados a todas as pessoas, é notório que as desigualdades persistem, e, quando se trata do exercício político, atingem de forma impactante o público feminino. Ao longo da história é possível observar avanços importantes das mulheres em diversos campos sociais, que se estendem desde a escolarização até a participação efetiva no mercado de trabalho e, inegavelmente, essa conjuntura tem contribuído para a consolidação da democracia brasileira.

A participação feminina nos espaços de poder apresenta um crescimento lento quando comparado ao público masculino e tal situação está atrelada, em grande parte, às construções sociais relacionadas ao exercício do papel feminino e ao papel masculino. A dicotomia na qual estão inclusos esses papéis sociais tradicionais de gênero que determinam o espaço de atuação feminina e da atuação masculina criam barreiras quase intransponíveis e solidifica o distanciamento do mundo do poder político por parte das mulheres.

As mulheres espírito-santenses apresentadas neste trabalho desenvolveram uma existência no mundo político e lutaram para construir um espaço de participação e atuação em um universo predominantemente masculino. É indubitável que para conseguir esse espaço de atuação política elas precisaram romper com diversos estigmas existentes nas sociedades da época. Essas mulheres desafiaram a ordem social vigente e se colocaram à

disposição da representatividade política, desenvolveram atos de coragem que comprovam ser possível a conquista ao acesso feminino nos espaços públicos e, conseqüentemente, a reivindicação pelos seus direitos de cidadãs e novos espaços de lutas.

É importante dar visibilidade a essas mulheres, descrever suas experiências de luta e os desafios que enfrentaram, pois tiveram, como objetivo, transformar a representação da mulher na sociedade. Desse modo, a escrita da história se apresenta com um importante papel de resgate destes feitos, além de comprovar que as mulheres desenvolveram um papel de protagonismo nos diversos contextos sociais vividos e nos *lôcus* de atuação política.

Sobre o autor:

Leandro da Silva Lunz é supervisor Escolar e Mestre em História Social das Relações Políticas (PPGHIS/UFES). Email: leolunz@gmail.com

Referências

ALMEIDA, Simone Patrocínio de. *A mídia na construção da representação social da pessoa pública feminina no Espírito Santo – Rita Camata (1988 – 2000)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2013, 240 f.

AZEVEDO, Débora Bithiah; RABAT, Márcio Nuno. *Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto*. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Brasília, 2011.

BARRETO, Sônia Maria da Costa. A escola normal D. Pedro II e a normalista capixaba nos anos 1920. *Revista Ágora*, Vitória, n. 6, p.1-16, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 2000.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990

COSTACURTA, Mayara Spinace. *Participação política das mulheres: do âmbito partidário ao comportamento legislativo*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Federal de São Carlos, 2016. 145 p.

DAMARTINI, Márcio Gomes, *A vigilância da polícia política aos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino do Espírito Santo (1973-1981)*, 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2016, 175 f.

FAGUNDES, Pedro Ernesto; ANGELO, Vitor Amorim de. *Grandes Projetos, grandes esquecimentos: O Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política*. In: *O Estado do Espírito Santo e a Ditadura*. FAGUNDES, Pedro Ernesto; ANGELO, Vitor A. de; OLIVEIRA, Ueber (Orgs.). *O Estado do Espírito Santo e a Ditadura (1964-1985)*. Vitória: GM Editora, 2014 Vitória: GM Editora, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ORIÁ, Ricardo. *Mulheres no parlamento brasileiro: Carlota Pereira de Queirós*. *Plenarium*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 240-246, nov. 2004.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINTO, Céli. *Paradoxos da participação política da mulher no Brasil*. *Revista USP*, São Paulo, n. 49, p. 98-112, março/maio 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SOARES, Renato Viana. *Retrato Escrito: a reconstrução da imagem das (os) professoras (es) através da mídia impressa (1945/1995)*. Vitória: ITB, 2005.

SOUZA, Dayane Santos de. *Entre o Espírito Santo e Brasília: Mulheres, Carreiras Políticas e o Legislativo Brasileiro a partir da Redemocratização*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. 2014, 265 f.